

**Parecer nº 149/98**

Data: 1998.11.25

Processo nº 391

**Requerente:** Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes.

**I - Pedido**

Fundições do Rossio de Abrantes, empresa identificada no processo, vem requerer que lhe seja fornecida a lista nacional dos lagares de azeite que foram submetidos a inspecção pelos técnicos e por eles considerados em condições de funcionamento ou carecidos de remodelação, pretendendo utilizar esta informação para fins comerciais.

Trata-se de saber se a divulgação destes elementos está ou não prevista nas excepções à regra do livre acesso aos documentos administrativos consagrada na Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), com as alterações introduzidas pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e se o fim a que se destina a informação limita o acesso aos documentos.

**II - Direito**

Como já foi afirmado em anteriores pareceres desta Comissão (*vide*, entre outros, o Parecer nº 113/97, de 19.11.97), as excepções ao livre acesso aos documentos administrativos são fixadas em função da natureza dos documentos, da informação neles contida ou da sua posição processual.

Segundo o parecer supracitado, tais casos são:

1. Documentos de carácter nominativo artigos 7º, nº 2, e 4º, nº 1, alíneas b) e c) – ambos da LADA, tal como os demais preceitos a seguir citados sem indicação de diploma];
2. Documentos cuja divulgação possa pôr em causa a segurança interna ou externa do Estado, os quais estão sujeitos a legislação específica (artigo 5º);
3. Documentos referentes a matérias em segredo de justiça (artigo 6º);
4. Documentos constantes de processos não concluídos ou preparatórios duma decisão (artigo 7º, nº 5);

5. Inquéritos e sindicâncias (artigo 7º, nº 6);
6. Documentos notariais e registrais, documentos de identificação civil e criminal e documentos depositados em arquivos históricos (artigo 7º, nº 7);
7. Documentos cuja comunicação ponha em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas (artigo 10º, nº 1, da redacção dada pela citada Lei nº 8/95);
8. Notas pessoais, esboços, apontamentos e outros registos de natureza semelhante e os documentos cuja elaboração não releve da actividade administrativa, referidos no nº 2 do artigo 4º.

A lei estabelece ainda normas relativas a informações protegidas pelos direitos de autor e à propriedade industrial (artigo 10º, nº 2), e a documentos em matéria de ambiente.

Conclui o referido parecer que a lei não estabelece, em geral, qualquer limitação de acesso em função da finalidade para que os documentos foram elaborados ou em função da razão por que são detidos pelas autoridades administrativas.

Não caindo a informação requerida no campo das excepções ao livre acesso aos documentos administrativos, não interessa qual a sua finalidade ou a razão da sua detenção pela Administração.

Na verdade, uma lista de lagares inspeccionados é um documento detido pela Administração, passível de ser do conhecimento público, mesmo acrescido da mera menção de que carecem de remodelação.

## **Conclusão**

Deve ser facultada lista quer dos lagares considerados em condições de funcionamento quer dos que se consideraram carecidos de remodelação, em ambos os casos se essa lista existir nos serviços.

Lisboa, 25 de Novembro de 1998.

*Narana Coissoró (Relator) - José Magalhães - Silva Marques - João Figueiredo - Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Gameiro dos Santos - Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente)*